

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

**(67) 3318-2091** e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

**(67) 3357-2449** e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 2171/2023-PGJ, DE 4.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Ludymila Aparecida Rizzo Cardoso, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Elaboração de Documentos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Controle de Informações e Resultados no período de 2 a 5.5.2023, em razão de afastamento do titular, Jean Carlos Ramos da Silva.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2172/2023-PGJ, DE 4.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Luiz Fernando Ribeiro Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, no período de 26 a 28.4.2023, em razão de afastamento da servidora Laura Regina Barbosa Victor Chaparim.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2173/2023-PGJ, DE 4.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Silvio Cesar Siravegna, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Pagamento de Pessoal no período de 2 a 12.5.2023, em razão de afastamento do titular, José Giovani da Silva Júnior.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2174/2023-PGJ, DE 4.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, símbolo MPDS-104, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Gestão de Pessoas no período de 2 a 12.5.2023, em razão de afastamento do titular, Wellington Gradella Marthos.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-455/2023/PGJ, DE 5.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Camila Castro Ramos, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.11.2023 e de 1º a 10.4.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 3 a 12.7.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-456/2023/PGJ, DE 5.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Maria Auxiliadora Zarate Jeffery, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 27.9 a 6.10.2023 e de 15 a 24.2.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 5 a 14.7.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-457/2023/PGJ, DE 5.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-435/2023-PGJ, de 27.4.2023, que concedeu férias ao servidor Jonathas Santos de Oliveira, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 2 a 11.8.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 1º a 10.8.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-458/2023/PGJ, DE 5.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Farley Leles Froes Medeiros, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.1.2024 e de 15 a 24.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 31.7 a 9.8.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-459/2023/PGJ, DE 5.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05.05.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Aliandra Decó Stevanato Rocha, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas no período de 14.6 a 3.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 2 a 11.6.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-460/2023/PGJ, DE 5.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Vítor Avila Barsotti, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 12 a 21.7.2023 e de 11 a 20.12.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 24.7 a 2.8.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-461/2023/PGJ, DE 5.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05.05.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Tânia Batista Rosa Buzzachera, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 14 a 23.6.2023, de 16 a 25.10.2023 e de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-462/2023/PGJ, DE 5.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Jose Lima Fidelis, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 21 a 30.8.2023 e de 18 a 27.3.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 24.7 a 2.8.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-463/2023/PGJ, DE 5.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1420/2022-PGJ, de 11.11.2022, que concedeu férias à servidora Eliani Soares Rodrigues, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 10 a 19.7.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 3 a 12.7.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-464/2023/PGJ, DE 5.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1073/2022-PGJ, de 13.9.2022, que concedeu férias à servidora Elizeth Alves Dias de Assis, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 10 a 19.7.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 21 a 30.8.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-465/2023/PGJ, DE 8.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Telma Lucia Imada Leal, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.7.2023 e de 6 a 15.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-466/2023/PGJ, DE 8.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Eliane de Azevedo Duarte, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.7.2023 e de 20 a 29.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 4 a 13.7.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS****AVISO Nº 54/2023-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de serem empossados dos candidatos aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS abaixo relacionados, uma vez que os candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 45/2023-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.872, de 10.4.2023

CANDIDATO(S)	MUNICÍPIO	NÍVEL
ANNE MIDORI KOCHI MORALES	Campo Grande	Graduação
DAIANY PEREIRA PAEL	Campo Grande	Graduação
VINÍCIUS HIROSHI MIYASHIRO DA SILVA	Campo Grande	Graduação
GABRIEL HENRIQUE FERNANDES PACHECO	Campo Grande	Graduação
CARLOS EDUARDO LEITE	Dourados	Graduação
GUSTAVO HENRIQUE MEDEIROS DE OLIVEIRA	Fátima do Sul	Graduação
IZADORA KAMYLLI STORARI	Naviraí	Graduação
MARIANE DORNA MARTINS	Nova Andradina	Graduação
JOÃO VICTOR GONÇALVES FLORENTINO	Nova Andradina	Graduação
CAMILA EDUARDA SANTANA DOS SANTOS	Nova Andradina	Graduação

Campo Grande, 8 de maio de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 55/2023-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna público que o candidato aprovado no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS convocado por meio do Aviso nº 45/2023-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.872, de 10.4.2023, manifestou opção de **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionado em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 7 do Capítulo X do Edital nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 2.654, de 28.04.2022.

CANDIDATOS	MUNICÍPIO	NÍVEL
ADRYAN CRISTIAN ANDRADE SALES	Corumbá	Graduação

Campo Grande, 8 de maio de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 56/2023-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de serem empossados dos candidatos aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS abaixo relacionados, uma vez que os candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 53/2023-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.881, de 24.4.2023

CANDIDATO(S)	MUNICÍPIO	NÍVEL
CAROLINA DO AMARAL NASCIMENTO	Amambai	Graduação
JOÃO VITOR LEÃO	Caarapó	Graduação
FELIPE CORREA NANTES	Campo Grande	Graduação
ALEX DA SILVA CRISTALDO FILHO	Campo Grande	Graduação
MATEUS MACHADO BARBOZA	Campo Grande	Graduação
JAMYLLE GABRIELLE BARROS DE OLIVEIRA	Nova Andradina	Graduação
EMANUELLE CARNEIRO CAETAN	Nova Andradina	Graduação

Campo Grande, 8 de maio de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 57/2023-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna público que os candidatos aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS convocados por meio do Aviso nº 53/2023-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.881, de 24.4.2023, manifestaram a opção de **DESISTÊNCIA FORMAL** da vaga de estagiário, nos termos do item 4 do Capítulo X do Edital nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 2.654, de 28.04.2022.

CANDIDATOS	COMARCA	NÍVEL
KAMILA VARELA ESCOBAR	CAMPO GRANDE	Graduação
PLINIO MAGALHÃES VALLIM	CORUMBÁ	Graduação
EUDES GUIMARÃES PORTUGAL	NAVIRAÍ	Graduação
LORENA SIMÕES CAETANO	NOVA ANDRADINA	Graduação
LUIZ EDUARDO DE JESUS GUEDES	NOVA ANDRADINA	Graduação
JOSÉ GUILHERME RODRIGUES TOMAZ DE SOUZA	NOVA ANDRADINA	Graduação
MARIA EDUARDA GARRIDO DA COSTA	NOVA ANDRADINA	Graduação

Campo Grande, 8 de maio de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito



**AVISO Nº 58/2023-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de graduação em Direito** aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2022-CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.654, de 28 de abril de 2022, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2021-XXIVPSE, no Capítulo X, “Da Convocação e Admissão”, itens 3 e 4, o(a) candidato(a) regularmente convocado(a) deverá manifestar, por meio de mensagem eletrônica, no prazo de 3 (três) dias úteis, seu interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br) – **ENTRE OS DIAS 15/05/2023 e 19/05/2023, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.570, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTE AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

O *E-MAIL* DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO).

**1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO****1.1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ**

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida D. Pedro II, 1730, Vila Planalto, Caarapó.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
RAFAEL LIBERAL CAPOANO	6ª	

**1.2 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE**

LOCAL: Gestão de Estagiários de Direito (GED) – situada na unidade do MPMS localizada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
DOUGLAS HENRIQUE DE SOUZA DA SILVA	228ª	
YAN MIGUEL GOES NAGATA	229ª	
KAYNAN JARA	230ª	
CARLA IZABELLE SANTOS BAEZ	231ª	
NICHOLAS PALERMO	232ª	
LUIZ CARLOS BRANDÃO DE MELO	233ª	
CAROLINE DA SILVA GUTTERRES	234ª	
HAYUMY MARTINS COLADELLO KAZUO	235ª	
VALDECIR LOPES DE ALMEIDA	236ª	
GABRIELLA BRITO DE ANDRADE	237ª	
RAHYANE RIBEIRO FERREIRA	238ª	
EDUARDO CHRISTIAN VEGA CARDOZO	239ª	
LEONARDO MACHADO DE SOUZA	240ª	
GABRIEL GARCIA RODRIGUES	241ª	
LARISSA MONIQUE PEREIRA RAMOS	242ª	





### 1.3 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CASSILÂNDIA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Sebastião Martins da Silva, 800, Alto Izanópolis, Cassilândia.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
TANIELI SANTOS DIAS	3ª	

### 1.4 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ANA LUIZA SPESSOTO NOVAIS	47ª	
BEATRIZ BASILIO ANDRADE	48ª	

### 1.5 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Ipiranga, 810, Jardim Primavera, Fátima do Sul.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LETÍCIA LOPES ALVES	10ª	

### 1.6 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE IGUATEMI

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida Waloszek Konrad, 1276, Centro, Iguatemi.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ANTÔNIO ERMÍNIO LEDESMA MATOS	2ª	

### 1.7 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO NEGRO

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à Rua Nove de Maio, 305, Centro, Rio Negro.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LEONARDO PAZ PEREIRA	2ª	

### 1.8 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TRÊS LAGOAS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Elviro Mário Mancine, 860, Centro, Três Lagoas.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
REGINALDO FERREIRA SANTOS JUNIOR	36ª	
LUANA SANTOS OLIVEIRA	37ª	
ANA CLARA BARBOSA RANZANI	38ª	
PEDRO MANZANO MOLON BARBOSA	39ª	
YASMIN PIMENTA DE QUEIROZ	40ª	

## 2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;



Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações: a) ano letivo, turno e semestre; b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e c) data prevista para conclusão do curso.

**REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:** [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 3357-2658 E (67) 99300-4489 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 8 de maio de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

#### BRASILÂNDIA

#### EDITAL N. 0003/2023/PJ/BR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2023.00003584-2

Requerente: Promotoria de Justiça de Brasilândia

Requeridos: Secretaria Municipal de Saúde de Brasilândia

Assunto: Fiscalizar a efetiva implementação de serviços afetos à Rede de Atenção Psicossocial no Município e a eficácia das medidas adotadas para o atendimento das necessidades da pessoa portadora de transtorno mental em Brasilândia-MS.

Brasilândia/MS, 05 de maio de 2023.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça



---

**COXIM**

---

**EDITAL N° 0001/2023/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00000909-5, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000909-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade no cumprimento de jornada de trabalho por servidor municipal lotado na Secretaria de Obras de Coxim/MS.

Coxim/MS, 03 de maio de 2023.

EDUARDO DE ARAUJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça em Substituição Legal

---

**JARDIM**

---

**EDITAL N° 0006/2023/01PJ/JIM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000

Inquérito Civil n. 06.2023.00000500-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar a falta de atendimento básico e outras irregularidades no Hospital Edelmira Nunes Oliveira, localizado em Guia Lopes da Laguna/MS, inclusive com a possibilidade de paralisação do nosocômio.

Jardim, 05 de maio de 2023.

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça



## NAVIRAÍ

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE OUTRAS ATIVIDADES NÃO SUJEITAS A INQUÉRITO CIVIL****MP/MS 09.2023.00004826-0****PORTARIA 0015/2023/01PJ/NVR**

CONSIDERANDO que o artigo 127, *caput*, da Constituição Federal, dispõe que *incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis*;

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, dispõe que *é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para apreciação do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos*;

CONSIDERANDO que o artigo 201, inciso VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe que compete ao Ministério Público *zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis*;

CONSIDERANDO que, de acordo com o artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, *“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”*;

CONSIDERANDO que o parágrafo único do artigo acima mencionado dispõe que *os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem*;

CONSIDERANDO que o artigo 4º do ECA estabelece que: *“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”*;

CONSIDERANDO que a garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

CONSIDERANDO que o artigo 7º do ECA estabelece que: *“A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”*;

CONSIDERANDO que o artigo 18 do ECA estabelece que: *“É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”*;

CONSIDERANDO que o artigo 70 do ECA estabelece que: *“É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente”*;

CONSIDERANDO que o *caput* do artigo 70-A do ECA estabelece que: *“A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, tendo como principais ações: (...) II) a integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, com o Conselho Tutelar, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança*



*e do adolescente; III - a formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente; IV - o apoio e o incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente (...); VI) a promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social e de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;*

CONSIDERANDO que o *caput* do artigo 87 do ECA estabelece que: *"São linhas de ação da política de atendimento: I) políticas sociais básicas; II) serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências; III) serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; IV) serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;*

CONSIDERANDO que o *caput* do artigo 88 do ECA estabelece que: *"São diretrizes da política de atendimento: I) municipalização do atendimento (...)"*;

CONSIDERANDO a necessidade de elaboração de um fluxo de atendimento municipal as crianças e adolescentes em situação de risco ou de violação de direitos, para garantir um atendimento integral e o funcionamento integrado e adequado da rede de proteção, através de parceria e diálogos constantes entre todos os seus integrantes;

CONSIDERANDO o disposto no ofício 34/2023 da Gerência de Assistência Social do Município; bem como as tratativas adotadas na reunião realizada, nesta Promotoria de Justiça, no ultimo dia 25/04/2023, em especial, no que tange ao pedido para que esta representante ministerial atue como mediadora no processo de construção do fluxo de atendimento municipal das crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que a Resolução n.º 118/2014 do CNMP dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o artigo 9º da referida Resolução dispõe que: *"A mediação é recomendada para solucionar controvérsias ou conflitos que envolvam relações jurídicas nas quais é importante a direta e voluntária ação de ambas as partes divergentes. Parágrafo único. Recomenda-se que a mediação comunitária e a escolar que envolvam a atuação do Ministério Público sejam regidas pela máxima informalidade possível"*;

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo pode ser empregado na execução de medidas relacionadas às atividades-fim, nos casos que independem de Inquérito Civil ou Procedimento Preparatório, por se tratar de mero acompanhamento (artigo 1º da Resolução n. 005/CPJ/2012);

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo se destina ao acompanhamento e fiscalização de atendimento de direitos exclusivamente individuais, afetos à atividade do Ministério Público na área de defesa da infância e juventude, entre outras (artigo 3º, inciso IV, da Resolução n. 005/CPJ/2012);

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu órgão de execução signatário, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; pelo artigo 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85; pela Lei n.º 8.625/93; e pelo artigo 3º da Resolução n.º 005/CPJ/2012, RESOLVE:

Determinar a instauração de Procedimento Administrativo, para acompanhar, como mediadora, a elaboração e implementação de um fluxo de atendimento municipal das crianças e adolescentes, contemplando toda a rede de proteção, com vistas a entregar um atendimento integral, efetivo e adequado, mediante parceria, interligação e dialogo entre todos os membro da rede;

Requerente: Gerência de Assistência Social do Município de Naviraí

Requerido: A apurar.

Área: Infância e Juventude



O presente procedimento visa à coleta de informações e demais diligências que se fizerem necessárias com o escopo de futura adoção de providências extrajudiciais e/ou judiciais.

Para secretariar os trabalhos, nomeio a servidora Maria Rosa Ferreira, Técnica II, lotada nesta Promotoria de Justiça, a quem determino sejam tomadas as seguintes providências:

1º. O registro do presente Procedimento Administrativo junto ao SAJ/MP, com a alocação da presente portaria como peça inicial do caderno procedimental;

2º. Expeça-se ofício ao GREAS, encaminhando cópia da presente portaria para conhecimento, convidando-a para participar da 1ª reunião de mediação, a ser realizada no próximo dia 10/05/2023, as 8 horas, no auditório do Navirai Prev;

3º. A expedição de ofício circular, a ser encaminhado a Procuradora do Município, Coordenadora do CREAS, aos Conselheiros Tutelares, a Coordenadora do CAPS, a Gerente Municipal de Educação; Gerente Municipal de Habitação; Gerente Municipal de Saúde; encaminhando cópia da presente Portaria e convidando-os para participar da 1ª reunião de mediação na elaboração do Fluxo de Atendimento Municipal das Crianças e Adolescentes, a ser realizada no próximo dia 10/05/2023, as 8 horas, no auditório do Navirai Prev, e apresentar principais dificuldades vivenciadas, além de ideias para melhorar o atendimento de toda a rede municipal de proteção;

4º. Junte-se aos autos cópias: da ata da reunião realizada no último dia 25/04/2023 e dos fluxogramas de atendimento já praticados em outros municípios, encontrados em pesquisas sobre o tema;

5º. Após, crie um grupo no aplicativo WattsApp, incluindo todas as integrantes da rede de proteção, visando facilitar a comunicação durante o processo de elaboração do fluxograma;

6º. Por fim, encaminhe cópia da presente Portaria para publicação no Diário ofício do MP.

Cumpra-se.

Naviraí, 04 de maio de 2023.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO  
Promotora de Justiça